

**A FORMAÇÃO DE TRABALHADORES PARA  
O TRABALHO COOPERATIVO:  
fonte alternativa para sobrevivência.**

*Adelina Baldissera\**

---

**RESUMO:** O texto que se apresenta é resultado da pesquisa “Experiências cooperativas no campo e na cidade: subsidiando políticas sociais alternativas em Trabalho, Educação e Lazer,” de natureza interdisciplinar e interinstitucional. O objetivo deste é iniciar uma discussão sobre o trabalho cooperativo e a formação de trabalhadores inseridos nos movimentos Sem Terra no município de Piratini e da Associação de Moradores das Vilas Reunidas FRAGET, na cidade de Pelotas, (bairro Fragata) Rio Grande do Sul, além de constatar as alternativas que criam para enfrentar os problemas de sobrevivência de trabalho e de educação e sua relação com o Estado. A metodologia adotada está fundamentada na pesquisa-ação, onde cada passo do processo foi construído e analisado em conjunto com todas as partes envolvidas, dando maior ênfase na análise de conteúdo que permitiu compreender criticamente o sentido das comunicações, ampliando a compreensão do todo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação; trabalho cooperativo; Movimento Sem Terra; Associação de Moradores; educação; cooperativa; produção; solidariedade.

---

## **1- Introdução**

A forma cooperativa de trabalho abre novos horizontes, não como emprego, mas como iniciativa que se consolida sob o ponto de vista econômico solidário, político e educacional. O trabalho cooperativo, e/ou alternativo, é entendido como fonte de renda para a sobrevivência do trabalhador e de seus familiares.

Quanto à formação observa-se que os movimentos envolvidos a realizam de uma forma permanente, participando de cursos, encontros,

---

\* Mestre em Serviço Social. Professora da Escola de Serviço Social da UCPel.

reuniões e outras atividades de seu cotidiano. Questionam a educação formal que ainda não responde à realidade em que vivem, não prepara para o trabalho e não se preocupa em preparar jovens para novas alternativas desse frente ao alto índice de desemprego.

O trabalho cooperativo experimentado pelos movimentos pesquisados demonstra a consciência que os mesmos têm de superação de seus limites, bem como o exercício coletivo que fazem da aprendizagem na organização e planejamento de produção, do estudo da viabilidade de investimentos na cooperativa, de organização do trabalho com a distribuição de atividades específicas (que expressam uma certa divisão social do trabalho), decidida de forma coletiva.

Um ponto fundamental da cooperação é evitar a exploração entre os trabalhadores, e por isso a educação nesse sentido é parte fundamental e tem que ser contínua, pois o trabalho é uma questão de educação e de cultura.

O que assegura a unidade no trabalho cooperativo não é somente a produção e renda, mas sobretudo a convivência solidária, a prática democrática no agir e a consciência coletiva da compreensão da realidade numa análise de uma sociedade que produz desemprego e que adota um Estado neoliberal enquanto agente institucional das políticas públicas.

Apesar de se ter presente um Estado privatizado e autoritário, onde as relações e as práticas são contraditórias, é possível se pensar formas autônomas de trabalho e não se permitir que estas formas autônomas se tornem funcionais ao Estado, como solução dos problemas e/ou favorecedoras à retirada do Estado de Bem-Estar.

Os trabalhadores rurais e urbanos encontram-se hoje diante de graves desafios e dificuldades para a sua sobrevivência e de seus familiares. Para superar estas dificuldades, estão gestando alternativas de trabalho em forma de cooperativa, de associação produtiva, que se fundamentam em uma associação de pessoas com interesses comuns, organizadas economicamente e de forma democrática e solidária, com a participação livre de todos os que têm idênticas necessidades e interesses, com igualdade de direitos e deveres para execução de quaisquer atividades, operações ou serviços.

Portanto, o cooperativismo vem ser uma saída para a precarização do trabalho e uma possibilidade de reavaliar a educação e questionar o tempo livre para o lazer.

## 2- O trabalho cooperativo

O trabalho ocupa hoje um lugar estratégico para as forças produtivas, para o Estado e para as políticas públicas, para as instituições e sociedade civil.

A precarização das condições de trabalho, a terceirização, o desemprego estrutural, a organização flexível (toyotismo) no interior das empresas, a individualização dos contratos, o crescente empobrecimento das condições de vida levam a classe trabalhadora a uma crise de identidade social, e de credibilidade, de confiança e desmobilização política. Frente a esta situação o desemprego aparece como uma ameaça a valores como a cidadania e a justiça social.

Para Paul Singer (1999: 119),

*“o aumento do desemprego e a deteriorização das relações contratuais de trabalho desequilibraram a correlação de forças a favor do capital e debilitaram as classes que tem interesse em acelerar o crescimento da economia mediante a aplicação de políticas de expansão da demanda efetiva e de fomento da acumulação do capital.”*

Na sociedade grande parte das pessoas que não tem acesso ao emprego fica excluída, marginalizada em ociosidade à espera de uma nova oportunidade de se reintegrar ao “emprego.” O isolamento social e a falta de perspectiva para o trabalho explicam o crescente aumento de pessoas desejosas e em condições de trabalhar relegadas à exclusão social e ao desemprego.

Confirma esta posição o Líder Comunitário:

*“Quanto ao trabalho aqui na área é mínimo para a sobrevivência, as pessoas vieram morar na cidade por causa de outros trabalhos que tiveram nas décadas de 70-80, agora estão todas sem emprego, um emprego interno não existe, o pessoal vive de biscate”.*

Neste contexto, levantar alternativas de trabalho significa ressaltar saídas diante da crise social que assume uma abrangência cada vez maior, uma vez que o Estado é ineficiente de captar uma parcela maior do excedente social e em traçar políticas públicas eficazes para o trabalho, educação e lazer.

A cooperação diz Aloísio Ruscheinsky (1999:221),

*“como alternativa compreende uma contradição fundamental, pois centra-se sobre a pessoa humana, os membros, a solidariedade, enquanto o capitalismo global centra-se na competitividade e no mercado. Ao propor alternativas de trabalho, torna-se necessário entender trabalho como fonte de renda ou produção dos elementos da sobrevivência, sem se acomodar ao ver garantido o mínimo”.*

Nos últimos anos tem-se falado e escrito sobre a questão do trabalho, enfatizando o fenômeno do desemprego, trazendo à público os objetivos explícitos e implícitos do neoliberalismo que tem como princípio a urgente e crescente concentração de capital e a distribuição da miséria à maioria da população.

Diz um morador das Vilas FRAGET:

*“Sobre trabalho a nossa cidade tem carência em todas as vilas, não só no Fragata ou na Farroupilha, as indústrias fugiram de Pelotas, nós não temos indústrias, as que tinham fecharam”.*

O líder comunitário expressa uma realidade muito presente em seu cotidiano. Com o fechamento de postos de trabalho aumentou o índice de desemprego, levando as pessoas ao isolamento e à perda da auto-estima e da identidade, pois, o trabalho constitui-se em instrumento de construção da identidade individual e social, tanto que nas relações cotidianas e profissionais, quando alguém se apresenta numa reunião ou encontro, para dar-se a conhecer a primeira referência é o nome e a segunda é a informação sobre a profissão/trabalho.

O trabalho como construção de identidade significa à auto-estima, ao subjetivo, ao simbólico, à ética/moral, à humanidade e à cultura. Ainda significa uma dimensão fundamental de vida como realização pessoal, de desejos e projetos, enquanto que emprego significa adquirir a sobrevivência através de uma atividade produtiva.

Confirma esta posição Suzana Albornoz (1986), que define trabalho como sendo o resultado de toda a atividade humana exercida para a sua sobrevivência e realização. Essa atividade pode ser física ou intelectual e visa sempre um determinado fim, atribuindo uma identidade social ao indivíduo a partir da qual ele estabelece suas relações sociais.

Um Assentado do M.S.T. de Piratini coloca com propriedade esta situação de luta pela sobrevivência quando diz:

*“...a gente geralmente não quer se enfileirar nesse contingente de companheiros e companheiras hoje explorados e jogados fora, do processo da sociedade, então a gente está construindo dentro dos nossos assentamentos, das diversas formas de trabalho, o direito de sobrevivência, de se alimentar, de educar nossos filhos”.*

Isto acontece por que o sistema capitalista transformou o trabalho em mercadoria. Para o trabalhador ter possibilidade de empregar sua força de trabalho neste sistema é condição de sobrevivência.

Antunes (1995:124) diz que:

*“A força de trabalho torna-se como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias, o que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído”.*

Ricardo Antunes ainda ressalta que o trabalho, antes de representar realização, significa “primeira necessidade”. Deste modo, sobrevive-se em meio a uma realidade que abarca a “classe que vive do trabalho”, onde, num extremo os trabalhadores oferecem sua força de trabalho, e, no outro extremo, apresentam-se os proprietários dos meios de produção que empregam a força de trabalho.

A questão reside no fato de que, com a nova “performance” assumida pelo capitalismo através do neoliberalismo, acompanhada pela evolução tecnológica, o trabalho vem sofrendo alteração nas suas formas de organização, como jornada de trabalho, tempo de serviço e estabilidade de emprego, por exemplo:

*“As tendências do mercado de trabalho não apontam para a estabilidade no emprego e, muito menos, para o emprego pleno. Ao contrário, tudo parece convergir para uma sociedade de desempregados” (Silva A. 1996/1997:15)*

Para os trabalhadores que ficam no emprego exige-se competitividade, criatividade, racionalidade e conhecimento diversificado. O trabalhador deve ser cada vez mais “empregável”, ou seja, deve

saber executar várias tarefas e atividades consideradas multifuncionais.

Esta perspectiva pode ser que este “trabalho” jogue milhões de trabalhadores ao desemprego, estes trabalhadores, devido ao desemprego destes em assumir tarefas que lhe exijam criatividade, competência e especialização. Com isso, para a sua sobrevivência o trabalhador precisa criar e inventar novas formas de trabalho.

Um Líder Comunitário descreve a situação em que passa o trabalhador em seu trabalho quando diz:

*“O trabalho rural é um serviço para quem tem que pegar mesmo. O trabalho urbano que vem para as indústrias existentes, tem o mesmo sistema lá de fora, não tem direitos, aqui no comércio da cidade também não tem. O que aprendi em 20 anos morando em Pelotas, nada. Eu vim da colônia por que não tinha frente de trabalho, entrei na frente de trabalho, mas estudar que é bom não deu. Daí tive 4 vezes doente, o doutor conversou e disse que daqui uns tempo vai ter que parar de trabalhar, e aí o que eu vou fazer, não deu outra, uns tempos depois fui parar na rua. A pessoa puxa demais o trabalho e no meio rural é assim também., Vem da zona rural para melhorar de vida mas não melhora, quem tiver horário acessível, pode até estudar, trabalha de dia e estuda à noite, mas quem trabalha no pesado não resiste, não tem resistência física e nem mental.”*

O trabalhador não se percebe como um mero executor determinado pelo seu lugar nas relações sociais e pelos dispositivos técnicos, mas sobretudo um homem, sujeito do seu “fazer histórico” no mundo do trabalho, mas condicionado a fazer o que lhe impõe o sistema de mercado de trabalho capitalista excludente.

O ato cotidiano de trabalho formado como integrador e como atividade humana aciona novas capacidades, desperta novas formas de inteligência indispensáveis à produção. Na perspectiva, trabalhar é satisfazer uma exigência de produzir, estreitamente ligada ao fato de criar, de aprender, de desenvolver, de dominar e de adquirir saber. Trabalhar é procurar preencher certos vazios do conhecimento que o trabalhador tem a respeito de si, de seu trabalho e da realidade que o cerca. Quer dizer se desenvolver, informar-se, formar-se, transformar-se, experimentar-se e experimentar sua inteligência, como diz um Líder Assentado do Movimento Sem Terra:

*“...a educação que nós tivemos como é que ela foi, qual foi o perfil que nos educou para a competição, que nos educou para sermos submissos, subordinados às coisas, não nos educou assim para ser um cidadão livre, sujeito da história. Então eu gostaria de dizer que para este tipo de trabalho a educação que a gente precisa...tem que ser voltada para a formação do ser humano, de novos valores, valores de solidariedade, de sentimento humano, de participação na sociedade como um todo...porque na experiência de cooperação que a gente tem sofrido...essa cultura que a gente trouxe desde a educação do jeito da gente sobreviver é um empecilho, é um problema para superar os desafios que têm, com esses novos valores de solidariedade de cooperação, de compreensão e de valores humanos que aprendemos na prática”.*

O depoimento do trabalhador assentado revela que a educação formal não é solidária e não prepara para um trabalho cooperativo, assim como também a economia atual não é solidária e nem se manifesta nela o papel central do trabalho, mas, como colocou o líder, já existem experiências de organização de economia popular que surgiram nos grupos mais pobres e excluídos como alternativas de sobrevivência. É verdade, constituem apenas um início extremamente precário e fraco, mas real, de formas econômicas solidárias nas quais o trabalho assume posições centrais.

Para reverter o processo de empobrecimento e de subordinação da divisão social do trabalho é preciso avançar na recuperação e na integração da riqueza do significado do trabalho nas pessoas e nos grupos. Isto implica em que o trabalhador adquira capacidade para a tomada de decisão e construa novos conhecimentos acerca de “como fazer” as coisas e recupere o controle e propriedade sobre os meios de produção e superação da dependência, da sua pobreza e da sua insegurança.

Este processo de reconstrução do sentido do trabalho está acontecendo nos assentamentos do Movimento Sem Terra, segundo o depoimento do Líder Assentado:

*“... hoje a gente está conseguindo já, caminhar um pouco mais no sentido de organizar a produção, de planejar, neste sentido, a escola não propicia muito hoje o ensino, e a técnica onde a gente estudou a maioria de nós até a 5ª série, de você fazer o planejamento de*

*produção, apontamento de custos, estudo de viabilidades, então isso é um problema que a gente tem até hoje dentro da cooperativa, insegurança em que investir muitas vezes, para onde você vai direcionar os recursos para investimento na área da produção e até mesmo no trabalho, a cooperativa ela tem para nós uma das vantagens é a possibilidade da gente organizar o trabalho. Então hoje a forma que nós trabalhamos nós conseguimos organizar o trabalho para que a gente não fique todo mundo fazendo a mesma coisa, tem pessoas que fazem atividades específicas...tem gente que trabalha com o pomar de pêssego, tem outro que só com suinocultura, outro na produção de grão...”*

Assim o trabalhador “vai se fazendo” novamente na sua capacidade de empreender, de criar, de trabalhar de maneira autônoma, de ter o controle sobre suas condições de existência.

Para que isto aconteça é necessário “incorporar solidariedade à economia” (Luiz Rozeto, 1997) com uma intenção muito precisa.

Geralmente pensa-se a economia separada da solidariedade, tendo esta última uma conotação de “caridade,” de “filantropia,” e tida como solução de problemas sociais agudos como a fome, a miséria, em que a “economia” não consegue superar. A atividade econômica em si e seus produtos não são solidários.

Luiz Rozeto (1997) diz que a solidariedade deve ser introduzida na própria economia e que esta opere nas diversas fases do processo econômico, ou seja, na produção, distribuição, consumo e acumulação.

No decorrer dos últimos anos a pobreza tem crescido na medida em que uma massa social de pessoas tem sido excluídas do emprego e do consumo, depois de ter vivido algum nível de integração e participação no mundo do trabalho.

Um Líder Comunitário das Vilas FRAGET, confirma esta posição quando diz: “...o trabalho aqui em toda a Pelotas está péssimo, como foi falado as indústrias foram fechadas e o quadro de pessoas diminuiu, é muito desemprego...”

Esta situação de pobreza tem dado às pessoas capacidade, auto-organização, realizando atividades econômicas informais descobertas por iniciativas pessoais, familiares, associativas e comunitárias, que tem gerado renda para sua sobrevivência, mantendo-se ativas mesmo quando nem as empresas e nem o Estado lhes davam ocupação.

Nesta prática de economia solidária e informal o trabalho assume o seu papel central espontaneamente, vez que as pessoas que organizam a atividade econômica são trabalhadores cujo recurso principal é o trabalho, onde o trabalho não é valorizado pela forma assalariada, mas pela autonomia, pela forma associativa ou cooperativa.

É o que diz um Líder Assentado do MST:

*“...essas pequenas experiências de cooperação elas podem ir abrindo uma consciência no sentido dos companheiros e companheiras vão desenvolvendo outras atividades cooperadas e podem em médio prazo se tornar cooperativas...são experiências que a gente tá construindo...”*

O cooperativismo está introduzindo uma nova relação entre capital e trabalho. A noção de emprego com horário fixo, salários e chefe é uma realidade restrita a um número gradualmente menor de pessoas. O fechamento de postos de trabalho, de vagas em empresas convencionais, deixa disponíveis milhares de pessoas qualificadas, dos quais muitos deles têm vontade de serem seus próprios patrões e que ao lado de outros trabalhadores autônomos, acabam formando associações produtivas e/ou cooperativas.

Então, o cooperativismo é uma forma de as pessoas se organizarem para enfrentar a questão de sobrevivência. Nas cooperativas o trabalho ganha consciência do próprio valor. As pessoas tomam a iniciativa de prestar serviços ou vender produtos em vez de ficar esperando que uma empresa os valorizem.

Desta maneira as cooperativas passam a ser saídas para o problema de falta de vagas e de fechamento de postos de trabalhos numa sociedade que “cria,” cada vez mais, excluídos do mercado de trabalho e do mundo globalizado.

Segundo Veiga e Fonseca (1999:21)

*“O cooperativismo é um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho e aparece historicamente junto com o capitalismo, mas se propõe como uma das maneiras de sua superação. O ideal cooperativista se disseminou pelo mundo e atua em todos os setores da economia. É reconhecido como sistema mais adequado, participativo, justo, democrático e*

*indicado para atender às necessidades e interesses específicos dos trabalhadores. É o sistema que propicia o desenvolvimento integral do indivíduo por meio coletivo”.*

O trabalho cooperativo é apenas uma das alternativas de se pensar e realizar o trabalho e de se coordenar a economia de forma coletiva e solidária. A precarização das condições de sobrevivência, o desemprego, levam os trabalhadores a criarem experiências de trabalho cooperativo que se multiplicam em todo o país, como organizações participativas, democráticas de prestação de serviço, de produção, de comercialização, de crédito, entre outras, gestando ações de solidariedade, de reconhecimento da pessoa como sujeito capaz de vencer dificuldades próprias, da sociedade em que vive com respeito e ajuda mútua coletiva.

O debate, diz Pedro Cláudio C. Bocayuva (1997:44),

*“sobre cooperativismo e economia social reaparece em momento de reestruturação e transição tecnológica e empresarial e nos remete às experiências ditas ‘útopicas’ do passado, onde se manifestam como estratégias de transformação social baseadas em ações ordenadas de solidariedade e impulsos autônomos das classes populares”.*

Continua dizendo que a proposta de “economia solidária” se manifesta como um projeto de construção política ativa de um campo complementar de ações públicas e pretende fazer interagir os elementos do setor da economia popular com elementos da economia competitiva.

Por outro lado é preciso “cuidar” para não transformar o cooperativismo, a cooperação, como única forma de superar todos os problemas do desemprego. É preciso perceber se estas experiências não estão contribuindo para a precarização das relações de trabalho e enfraquecimento dos movimentos populares em suas reivindicações salariais e abertura de postos de trabalho junto ao Estado e empresas.

Ainda é importante considerar nestas experiências cooperativas a questão da garantia dos direitos sociais, como por exemplo da seguridade social.

O sistema cooperativista dos assentamentos vem propor uma forma especial que busque diferenciar-se da competição imposta pelo sistema capitalista.

A construção alternativa de um modelo que se oponha ao modelo capitalista, vem demonstrar a necessidade de buscar saídas para a população mais pobre da sociedade.

Para Marx, o homem se define pela produção. Por isso, ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida, material e espiritual.

A essência humana é concebida no trabalho; num trabalho oposto ao alienado, no trabalho criador, consciente e livre.

O trabalho cooperativo deve espelhar uma expressão da criatividade e da inteligência humana, que possibilita a transformação da natureza, constituindo uma fonte de prazer e alegria. No momento atual, e da forma como as relações de trabalho estão constituídas, são poucos os que podem participar efetivamente da alegria do trabalho.

### **3- Qualificação/desqualificação do trabalhador frente ao trabalho coletivo**

A desqualificação profissional dos trabalhadores das classes populares se expressa em baixos níveis de escolaridade, jovens egressos da escola com preparo inadequado para enfrentar as exigências do mercado de trabalho, desatualização e ineficiência do sistema de formação para atender com rapidez as mudanças tecnológicas, da inexistência de uma política pública que integre a educação formal com a qualificação profissional de acordo com as necessidades de mercado, com uma concepção pedagógica em boa parte baseada no modelo fordista.

É daí que vem a dificuldade de realizar uma educação formal mais voltada para a realidade, comprometida com a formação de uma consciência crítica que leva a construção de indicadores de análise das ações políticas e pedagógicas da formação voltada para o trabalho coletivo/cooperativo. Um assentado relata esta dificuldade de integrar o currículo com a realidade em que vive quando diz:

*“...de trabalhar a educação a partir da realidade, mas tem a dificuldade por que entre um idealismo, por que vem o currículo escolar da secretaria à nível nacional, o que eu entendo é que passa pelo Estado e vem para o Município, e aí não tem nada a ver com a*

*nossa realidade e aí é uma dificuldade grande que se tem, algumas iniciativas na nossa escola mas não é o ideal, está muito além do que é nosso sonho...*

Reforça esta colocação do assentado o Líder Comunitário das Vilas FRAGET quando diz:

*“A questão educação no campo se aqui é ruim, lá é péssima, por que lá a educadora abrange todas as disciplinas e quando chega aqui, sai da colônia no 1o grau, chega-se aqui num colégio, o Pelotense, por exemplo que cada professor dá uma disciplina, então a gente não sabe nada, chega cego aqui”.*

Estes depoimentos refletem uma educação desvinculada do contexto sócio-econômico e cultural da região, fragmentada em seu currículo e disciplinas, esfacelada em sua metodologia de ensino e descomprometida com a formação para o mercado de trabalho numa visão de totalidade e interdisciplinaridade.

Alves Edgard ( 1997:66,67) diz que:

*“o desafio é o de qualificar massivamente os trabalhadores com uma metodologia que se rompa com a concepção tradicional de capacitação profissional e incorpore a formação escolar para possibilitar a continuação do processo educativo do trabalhador”.*

A precarização do emprego poderá ser uma conseqüência da flexibilidade do mercado de trabalho decorrente da modernização produtiva, caso não haja uma política de educação e qualificação do trabalhador que vise ampliar as possibilidades de trabalho e desenvolver um conjunto de habilidades para que o mesmo exerça sua profissão com mais competência e eficácia, além de ter uma formação que responda às novas necessidades tecnológicas com participação efetiva em todo o processo.

Pois a competitividade em uma economia globalizada, que recorra à inovação tecnológica e à busca de novas formas de organização da produção, exige outra qualificação dos trabalhadores, tais como o trabalho em grupo, a politécnica e a capacidade de interpretar instruções, informações e de utilizar equipamentos e materiais mais sofisticados, capacidade de auto-aprendizagem, capacidade de observar, de tomar

decisões e de avaliar resultados e ter versatilidade funcional no trabalho.

O processo educacional, formal ou informal, não pode ficar alheio ao fenômeno do desemprego, nem pode se restringir a preparar ou capacitar o cidadão para um único emprego, mas contribuir para o desenvolvimento integral do ser humano, incentivando-o a prática da participação individual e coletiva no processo de formação profissional, não limitada, apenas, para o mundo do trabalho, afetando o exercício da cidadania do trabalhador na sociedade civil e política.

Alves Edgard diz (1997:73):

*“A história brasileira mostra que tanto a educação formal quanto os programas de capacitação profissional estiveram sempre dissociados de um projeto nacional de desenvolvimento como consequência, responderam sempre às demandas formuladas pelos agentes econômicos, sem que houvesse a preocupação em antever respostas às demandas futuras”.*

A importância da educação formal e da formação profissional para o desenvolvimento econômico, diz Alves, é inquestionável, no entanto há diferentes efeitos sobre os trabalhadores dos setores modernos da economia e dos setores tradicionais. Para os primeiros exige-se que tenham maiores níveis de escolaridade, para que sejam ensinadas habilidades para o desempenho de sua função e possibilitem contínuo aperfeiçoamento ao trabalhador, exigências do novo paradigma. Para os setores tradicionais é qualificá-los para um conjunto de ocupações dentro de uma mesma família ocupacional, fornecer um conteúdo de administração de pequenos negócios para garantir sobrevivência ocupacional a este grupo. Para tal é necessário dar ao trabalhador alternativas que ampliem as suas possibilidades de trabalho em épocas de crise econômica e desemprego.

Esta situação é expressa pelo Líder Comunitário das Vilas FRAGET quando diz:

*“o governo não investe em educação, no trabalho em periferias, bairros de pessoas que se encontram como nós...isso é um ponto, que duas coisas vão pegar juntos do governo que é a educação e a tecnologia, que vai chegar um ponto, que eles vão deixando tudo de lado, o consumidor, por exemplo, nós aqui*

*sem salário, o que nós vamos comprar de uma indústria, nada. Aí ele vão levando tecnologia, é preciso para ampliar o trabalho, tem que ter um método de trabalho, vai aumentando a população, vai ter que ter espaço para o pessoal trabalhar, é isso que falta para nós... por exemplo, tem aí, a gente olha na vila o pessoal que trabalha com garrafas PET, o pessoal que tem depósito, se o governo fosse mais inteligente, o pessoal está trabalhando com depósito de lixo, vou dar o maquinário para este pessoal. Aí toca um pessoal estranho, interesse pessoal, de quem, não sei. Podia cair aqui no FRAGET. O problema maior, não adianta colocar indústrias aqui, não, temos mão de obra especializada, nós ficamos catando garrafas nas ruas a 5 e 10 centavos”.*

O que o Líder Comunitário colocou revela o abandono em que se encontram as pessoas que não são qualificadas para o trabalho, além da inexistência de políticas públicas de trabalho e formação que garantem a possibilidade de organização destas pessoas ao redor de atividades produtivas como fontes de renda para a sobrevivência num momento de crise de emprego em que passa a população empobrecida.

Na situação econômica e social em que se vive de alto índice de desemprego e de cada vez mais pessoas ingressarem no processo de exclusão social, a formação profissional, por si só, não gera emprego, mas sua função primordial é qualificar o trabalhador para ocupar “emprego” de qualidade, ou abrir novos caminhos ocupacionais para este trabalhador.

Assim, não é possível manter o atual modelo de ensino de educação e formação profissional, que não qualifica os trabalhadores “empregados” para a cidadania, não atende às exigências do mercado e, ainda, exclui os “desempregados” da política de qualificação.

A política de formação profissional deve renovar-se para a criação de metodologias educacionais motivadoras, capazes de introduzir e inserir os jovens e trabalhadores nas questões da educação, de qualificação para o mercado de trabalho e/ou para abertura de novas alternativas frente a situação do desemprego e do exercício da cidadania.

Confirma esta posição Alves (1997:79) quando diz:

*“ A política de formação profissional deve dar atenção maior aos trabalhadores em situação de fragilidade: casos típicos são os desempregados, os que trabalham no setor informal e mesmo aqueles trabalhadores menos organizados, empregados nos setores tradicionais da economia. Nesses casos, será preciso combinar currículos apropriados com necessidades ocupacionais de mercado, com finalidade de permitir a esses grupos reais oportunidades de emprego e de trabalho”.*

A formação dos trabalhadores para o trabalho coletivo tem como princípio fundamental a “cidadania,” o que implica numa mudança nas relações de trabalho; um perfil de “novo” trabalhador participativo em todas as etapas do processo de produção, de comercialização, com capacidade de diálogo e da negociação, bem como criativo e solidário na gestão de uma economia solidária, na gestão em associação e cooperativas e na produção de novos conhecimentos e tecnologias de trabalho para a competitividade econômica.

Este exercício de trabalho cooperativo é realizado nos assentamentos do MST e provoca mudanças nas relações de trabalho, como se pode perceber no assentamento da Conquista da Liberdade quando um assentado diz que:

*“ foi difícil, mas na verdade essa experiência que nós vivemos na nossa cooperativa e eu em tantas outras no movimento que tem a nível de Estado e Brasil, é uma experiência que, são poucas experiências a nível de País, não existem, em outros tempos aconteceram de um povo excluído como nós de sem terra, excluído de tudo, da terra da educação, da saúde, discriminado da sociedade. Se nós tivesse uma educação como a que nós sonhamos para os nossos filhos, certamente seria bem mais fácil vencer o processo... a gente vê a dificuldade no sentido do conhecimento, é bem mais difícil trabalhar com companheiro analfabeto do que com companheiro mais instruído”.*

Percebe-se como a falta da educação, inclusive a formal, tem implicações na realização das atividades produtivas e da convivência entre os trabalhadores e sente-se que, quando conseguem superar as

dificuldades e se organizam em cooperativas, têm aumento da auto estima e da sua importância no processo histórico que estão construindo em conjunto como sujeitos.

A desqualificação social diz Serge Paugam (1999:45)

*“é uma relação de interdependência entre os ‘pobres’ e o resto da sociedade que gera uma angústia coletiva, pois cada vez mais pessoas são consideradas como pertencentes à categoria dos pobres ou excluídos, e muitos, cuja situação é instável, temem virar sê-lo, uma vez que as solidariedades familiares e as possibilidades de participação na economia informal que permitiram amortecer o efeito de desemprego em regiões menos desenvolvidas...se revelam enfraquecidas e menos organizadas socialmente”.*

Entretanto que se observa entre as pessoas desempregadas é que as possibilidades de serem ajudadas por instituições, por empresas e pelo Estado, ou mesmo de sua participação na vida associativa diminuem, assim como aumenta a precariedade do mercado de trabalho com o fechamento de postos de trabalho e de empregos.

O risco de fragilização dos vínculos sociais é proporcional às dificuldades do mercado de emprego. O desempregado no primeiro momento da desqualificação social se fecha sobre seu espaço familiar e na maioria das vezes entra em declínio de sua auto-estima, fica com vergonha perante seus vizinhos e familiares, sentindo-se inútil, e vive numa crise de identidade e em depressão social.

As exigências do mundo do trabalho impedem a frequência aos cursos, conciliando escola e produção. Os trabalhadores, no final do dia, estão extenuados, devendo reservar as energias para o consumo do próprio processo de trabalho, fonte de sobrevivência. Este é o paradoxo que vivem e que lhes traça os limites da participação ao acesso à escola, a educação para o trabalho, para si e, muitas vezes, para seus filhos.

O saber adquirido pelo trabalhador na trajetória de sua vida é um saber centrado na experiência prática marcada pela observação e repetição dos movimentos observados, como podemos perceber no assentamento da Conquista da Liberdade quando se referem a questão cultural diz um assentado:

*“ um dos grandes problemas que enfrentamos foi a questão cultural, por que todos nós era peão, meeiro ou um pequeno agricultor que quanto muito discutia com a esposa, às vezes uma associação, com a família por exemplo, mas quando nós chegamos aqui com a proposta de trabalhar junto, essa experiência que não tinha uma receita pronta, que nós fomos construindo, é uma revolução nas nossas cabeças, e são oito anos que isso vem martelando, aceitando com bastante problema... nós não tivemos acesso ao conhecimento, nós fomos excluídos da terra e também do conhecimento, então nós entendemos que este desnível, esta desconfiança, por que é natural essa desconfiança em nós, o sistema fez nós ser desconfiantes um dos outros, então são oito anos para nós ir adquirindo a confiança de um companheiro do outros para poder começar a acreditar que nós somos capazes de construir algo que não dá um lograr o outro e um dos pontos fundamental da cooperação é evitar a exploração entre nós trabalhadores”*

Na visão dos trabalhadores a formação assume um caráter associado às idéias de autonomia, de auto-valorização e do processo que se constrói coletivamente no cotidiano do desenvolvimento do trabalho produtivo e no exercício das diversas atividades e tarefas na cooperativa. Neste sentido contesta a educação para o trabalho como emprego, bem como a política de integração do trabalhador nos projetos empresariais.

Nesta perspectiva a qualificação, segundo Leda Gitahy ( 1994:141), permite realizar uma atividade laboral com maior destreza, precisão e conhecimento em menor tempo possível e com maior responsabilidade. A “nova qualificação” parece estar orientada na aprendizagem no trabalho e não adquirida previamente na educação formal, escolarizada.

A qualificação, segundo Gitahy pode ser definida de três maneiras distintas:

· A primeira é a partir dos atributos do indivíduo. A qualificação é definida pela teoria do capital humano e se relaciona com os anos de estudo ou com as habilidades apreendidas nos empregos anteriores dos anos de experiências ou da situação atual, do conhecimento do ofício ou atividade específica.

· A segunda é a partir das exigências do próprio posto de trabalho. Os níveis de conhecimento, habilidades e responsabilidade são atributos do posto e conseqüentemente, a qualificação depende da definição do

mesmo posto de trabalho. O sistema de aprendizagem e capacitação são fundamentais aqui para adquirir certos níveis de qualificação.

· A terceira é a partir da estrutura organizativa. As empresas estruturam seus postos de trabalho de acordo com as exigências da produção e de seu princípio de organização de trabalho. Os postos se organizam dentro de uma estrutura hierárquica de níveis e estes correspondem a salários diferentes.

O plano de formação do trabalhador para o trabalho cooperativo deve incluir os conhecimentos próprios do ofício, do desenvolvimento abstrato, capacidade para manejar conhecimentos complexos, iniciativa para responder frente a situação inesperadas, manejo de novas tecnologias na perspectiva da economia solidária.

Este “novo perfil” de formação circunscreve, também, mudanças nas relações de trabalho, (re) estruturação do conteúdo formativo, da metodologia de ensino e a reorganização do processo de ensino na perspectiva do trabalho cooperativo. A formação do trabalhador exige vir acompanhada de qualidades pessoais que envolvam intenções, sentimentos e aspectos da personalidade.

#### **4- O trabalho cooperativo: eixo de formação de consciência solidária**

A cooperação é buscada pelo homem desde sua origem, como processo que se constrói, e é utilizada por ele no enfrentamento de suas necessidades e das contradições sociais que lhes são impostas pela relação trabalho/capital.

A ação cooperativa se constitui em um processo pelo qual grupos distintos se articulam com objetivo de levar a término as ações que foram planejadas por eles, o que implica em divisão de trabalho, aceitação do outro, seus próprios limites e possibilidades, resultando num crescimento pessoal e grupal. É, portanto, um exercício de organização pessoal e coletiva, de participação, de democracia, de solidariedade e, enfim, de cidadania.

A realidade sócio econômica da população empobrecida, a precarização do emprego e o fechamento dos postos de trabalho, trazendo como consequência o desemprego, ressalta a importância do trabalho cooperativo como alternativa, como realidade social de solidariedade e

união entre os homens, que deve ser resgatada a partir de seus “*locus*” de existência e de vivência.

Para a realização de um trabalho cooperativo é preciso desencadear um processo de formação de consciência do trabalhador para o exercício da solidariedade e da participação, pois a consciência social decorre do próprio fato de ser o homem um ser social, com suas necessidades e possibilidades.

A conscientização surge portanto como elemento do processo pedagógico da participação, pois se constitui em um processo de superação da consciência individual para a social, dos problemas coletivos comuns. Isto implica em organização que, vista sob o prisma do processo pedagógico, supõe o conhecimento de sua realidade, interesses, possibilidades e recursos internos e externos.

Para que aconteça o processo de conscientização é de fundamental importância o diálogo individual ou grupal no processo de organização e capacitação.

A capacitação aqui é entendida como processo no qual o trabalhador passa assumir de modo gradativo a sua condição de sujeito da ação, na medida em que vai se tornando mais consciente frente a realidade, se organizando e estendendo a sua experiência a outros trabalhadores e à comunidade, de forma solidária.

Assim se expressa uma líder assentada: “*Eu acho que a escola tem muito a contribuir no sentido de trabalhar com a questão da solidariedade, da fraternidade que hoje a escola pelo contrário ensina individualismo*”.

Os assentados, como se vê no depoimento acima, colocam a questão da educação como fundamental para a vida. Não uma educação fragmentada, competitiva, mas voltada para mudanças nas estruturas cognitivas, nos comportamentos, nos valores e no significado do homem como ser social.

A formação dos trabalhadores para o trabalho cooperativo tem uma filosofia subjacente, tendo o homem como sujeito ativo de sua história e de seu destino. O homem sujeito é capaz de criar, de realizar julgamento, de agir, de ter objetivos de transformação da sociedade, das organizações, de planejar e de usar uma metodologia adequada à transformação da realidade, dialógicamente.

Portanto, formar o trabalhador para a cooperação é constituir uma

nova cidadania, uma nova relação entre Estado, sociedade e trabalho, é capacitá-lo para a auto-gestão, com visão de futuro, com autonomia, com consciência de cidadania e espírito de participação e de co-responsabilidade.

O eixo do desenvolvimento econômico solidário é a formação dos trabalhadores para trabalhar com os outros de uma forma coletiva, rompendo com velhos paradigmas, introduzindo novos de caráter social, coletivo, fraterno e solidário, que vão se concretizar pela formalização do saber, do conhecimento prático que nasce de experiências concretas da exigência do trabalho real e não de uma aprendizagem teórica.

Percebe-se que os trabalhadores rurais e urbanos têm dificuldades em compreender o processo de produção, comercialização e distribuição dos resultados de forma coletiva, solidária, devido a valores capitalistas introjetados no decorrer da vida em família, nos grupos e na sociedade, como diz uma assentada:

*“a gente que é essa dificuldade, assim do estudo...até as vezes a gente fica comentando que tem vontade de entrar na aula para ajudar nessa questão participativa da organização, por que às vezes a gente acaba não gostando das reuniões, das coisas, para discutir as coisas, ter idéias, por causa disso a gente se acha incapaz, mas na questão da organização externa assim, tipo participar das lutas a gente sempre está ajudando”.*

Essa maneira de agir e fazer as “coisas” revela que os homens assentados têm melhor formação do que as mulheres no que diz respeito à organização dos assentamentos, da cooperativa e do trabalho, exercendo ainda que de forma “velada” um poder/saber maior sobre os demais. Isto é possível observar nas reuniões em que os homens “falam”, “discutem,” muito mais que as mulheres, como diz uma assentada; *“por que a gente acaba não gostando das reuniões, das coisas...a gente se acha incapaz”*... Por outro lado, quando não se exige posicionamento através das falas, mas a participação nas lutas, caminhadas do MST, dizem; *“da organização externa assim, tipo participar das lutas a gente sempre está ajudando”*. Isto demonstra consciência, comprometimento solidário com todo o movimento dos Sem Terra.

Por outro lado o “trabalhar” em conjunto, discutindo planos e tarefas a serem executados “juntos,” permite a apreensão de formas participativas presentes nas falas e nas decisões tomadas.

Percebeu-se ainda nas reuniões que as idéias vão nascendo da própria prática das relações que se estabelecem entre os membros e dos pequenos projetos que desenvolvem coletivamente.

Os assentamentos do MST e a associação de moradores se transformam, então, no lugar onde se reconstitui o valor do homem, do social, do coletivo, no nível das relações interpessoais que desabrocham no compromisso político e social.

Neste sentido, a formação significa um processo em que o conhecimento teórico está voltado para a própria prática. Trata-se de um conhecimento para a ação, implicando, necessariamente, em mudanças no modo de pensar e atuar das pessoas, pois existe um saber individual e, principalmente, coletivo, fundamental no funcionamento da organização.

A metodologia do processo formativo para o trabalho cooperativo valoriza “o aprender fazendo” e a integração participativa entre atores, agentes produtivos, técnicos e comunidades. Esta proposta metodológica exige a “interdisciplinaridade” e a “interinstitucionalidade” das equipes de técnicos e a participação dos trabalhadores em todas as fases do processo.

Nesta perspectiva essa “nova” formação não se restringe apenas ao aspecto técnico, mas ao desenvolvimento do sentimento de “pertencer” à organização e de se integrar aos seus objetivos na realização de um trabalho cooperativo.

### **5- Conclusão**

Parece que a relação que tem sido estabelecida entre educação e trabalho, como condição para o desenvolvimento, está se constituindo muito mais num processo social de legitimação do desemprego e da precarização social do que está ocorrendo no mercado de trabalho.

Rolfen e Petrilli (Jan e jun 2000: 25 ) dizem que:

*“O desemprego crescente de trabalhadores escolarizados, sobretudo nos setores mais modernos da sociedade, é tomado como um dos argumentos para relativizar esta perspectiva instrumental da educação, que se expressa como se fosse capaz de garantir o emprego e a ascensão na hierarquia das empresas e na escala salarial, ou seja, como sendo capaz de garantir empregabilidade”.*

O desemprego acrescenta uma nova dimensão aos problemas sociais como a miséria, a exclusão social, a fome, e desmistifica a exigência de escolaridade e qualificação formal para garantir a inserção no mercado de trabalho.

Os trabalhadores rurais e urbanos também estabelecem uma relação direta entre escolarização, a educação formal, com o trabalho e postos de trabalho. Isto se explica devido a grande maioria destes não terem completado o primeiro grau, apresentando dificuldades frente a inovação tecnológica e a compreensão da realidade como totalidade.

No entanto, a formação informal dos trabalhadores nos movimentos dos sem terra e da associação de moradores, se realiza de uma forma permanente com a participação em cursos, encontros, reuniões e outras atividades de seus cotidianos. Como se observou na pesquisa, os trabalhadores questionam a educação formal, que ainda não responde a realidade em que estão inseridos, não os prepara para o trabalho cooperativo e não se preocupa em preparar os jovens para novas alternativas frente ao alto índice de desemprego.

Os trabalhos cooperativo experimentados pelos movimentos pesquisados, ainda que incipientes, demonstram a consciência que estes têm de superação de seus limites e o exercício coletivo que fazem da aprendizagem na organização do processo de produção, do planejamento de atividades e de custos, de estudos de investimentos na cooperativa e de organização do trabalho com a distribuição de atividades específicas.

O coletivo dos trabalhadores é o “*locus*” do saber não separado dos sujeitos ativos e de sua cooperação coletiva/solidária. Solidariedade entendida como identificação ou adesão pessoal com uma causa, sentimento e/ou ação de ajuda mútua entre várias pessoas ou grupos. Aí relações coletivas são relações de ajuda mútua e de cooperação fraterna que refletem em toda a hierarquia das formas de organização do trabalho.

O coletivo dos trabalhadores não é apenas determinante na atividade produtiva cooperada, como também um canal direto da vivência de valores sociais e políticos opostos aos que regem a sociedade capitalista, que influi nos aspectos sócio-político, ideológico, educativo, cultural, social bem como na formação da consciência, na concepção de mundo, de trabalho e no comportamento dos homens.

Uma condição necessária na organização do trabalho cooperativo

é a participação dos trabalhadores na gestão da produção, na direção e organização do trabalho para uma melhor qualidade de vida e aumento de tempo livre, abrindo novas perspectivas para o lazer e experiências de convivência gratuitas.

Para que isto aconteça é preciso que a formação e preparação cooperativa do trabalhador seja um processo permanente, isto intelectualizará a vida dos assentados do MST e dos associados da Associação FRAGET, aumentando seu potencial criador, o enriquecimento mútuo do trabalho e o conhecimento de sua realidade, do mercado de trabalho e da sociedade como totalidade.

Um ponto fundamental da cooperação, dizem os pesquisados, é evitar a exploração entre os trabalhadores, entre as pessoas, e por isso a educação faz parte e tem que ter continuidade, pois o trabalho também é um problema de educação e de formação. O que assegura a unidade da cooperativa não é a questão econômica, mas a convivência, a compreensão e o entendimento entre todos.

#### 6- Referências Bibliográficas

- ALVES, Edgard (org) *Modernização produtiva e relações de trabalho: Perspectivas de políticas públicas*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
- ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralização do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- BALDISSERA, Adelina. *CEB's Poder, nova sociedade*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- BOCAYUVA, Pedro Cláudio C. *Desenvolvimento sustentável e estratégia solidária*. In Revista Proposta, n. 75. São Paulo. dez/fev. de 1997.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do Trabalho no Século XX*. 3a ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1974.
- CATTANI, Antônio David (org.) *Trabalho e Tecnologia. Dicionário crítico*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
- GAIGER, Luiz Inácio G. *A Economia Solidária no RS: Viabilidade e Perspectivas*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.
- GALLART, Maria Antonia (Coordenadora) *La formación para el trabajo en el final de siglo: Entre la reconversión productiva y la exclusión social*. Buenos Aires, Santiago, México D.F. Lecturas de Educacion y Trabajo n. 4, 1995.

- GITAHY, Leda. *Reestructuración productiva, trabajo y educación en América Latina*. Campinas. UNICAMP. Buenos Aires, Lecturas de Educación y Trabajo n.3, 1994.
- JÓRDAN, Arturo. ZAPATA, Tânia. Metodologia de Capacitação em apoio ao desenvolvimento econômico local In: *Revista Proposta*, n.75. São Paulo. dez./fev. de 1997.
- PAUGAM, Serge. Fragilização e ruptura dos vínculos sociais: Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez,, jun. 1999.
- RAZETO, Luiz. O papel central do trabalho e economia de solidariedade. *Revista Proposta*, n. 75. São Paulo. dez./fev. 1997.
- ROLFSEN, Liliana. PETRILI Segnini. Educação, trabalho e desenvolvimento: uma complexa relação, In *Trabalho & Educação*. Revista do NETE jul./dez. 2000, n.6. Belo Horizonte 2000.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. *Metamorfoses da Cidadania*. São Leopoldo: Ed. Guanabara, 1999.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1999.
- \_\_\_\_\_. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. In *Revista Proposta*, n. 72. São Paulo. mar./maio 1997.
- \_\_\_\_\_. *Cooperativismo e sindicatos no Brasil*. CUT. dez.1999.
- VEIGA, Sandra M. FONSECA, Isaque. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: FASE, dez. 1999.